



Parecer n.º. 136/2025

Ementa: revogação de procedimento de inexigibilidade. Art. 71, II, §2º, da Lei n.º. 14.133/21. Súmula n.º. 473 do STF. Precedentes jurisprudenciais. Ausência de contraditório e ampla defesa. Possibilidade. Observância dos pressupostos legais devidamente atendida. Parecer favorável.

REF: Processo administrativo Inexigibilidade n.º. 6/2025-00013-PMMR

Objeto: Revogação de procedimento licitatório.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta dirigida a esta Procuradoria Jurídica, com vistas a obter recomendação quanto à possibilidade para chancela do ato de revogação do **procedimento administrativo de inexigibilidade n.º. 6/2025-00013-PMMR**.

Para isso, fora juntado ofício contendo solicitação para revogação do supracitado procedimento, cuja justificativa residiu na superveniente constatação de equívoco substancial comprometedor da continuidade e a finalidade do certame, qual seja, falha relacionada à própria natureza do objeto e à sua forma de contratação.

Em sequência, verificou-se, outrossim, a juntada da minuta do Termo de Revogação, com os inclusos motivos para o ato de revogação.

É o relatório. Opina-se.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Aduz o artigo 71, II, §§2º e 3º, da Lei n.º. 14.133/21 c/c a Súmula n.º. 473 do STF, verbis:



Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

[...]

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

SÚMULA nº. 473-STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Dito posto, a pretensão, aqui discutida, se adequa aos ditames legais acima expostos. Noutras palavras, afere-se ser perfeitamente possível revogar o procedimento de inexigibilidade em tela, quando em jogo o êxito no atendimento ao interesse público, tal como ocorre no presente caso.

Portanto, torna-se conveniente revogar o certame, visto a constatação do equívoco retromencionado.

Ainda segundo o magistério do Professor RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA,:

“enquanto a anulação da licitação é um dever que decorre da ilegalidade no procedimento, a revogação é uma faculdade de desfazimento do procedimento por razões de interesse público, em razão de fatos supervenientes devidamente comprovados”. (in Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comparada e Comentada, 3ª edição, RJ, Forense, 2022, p. 203).



Com efeito, a sistemática da anulação e da revogação do certame, prevista na nova Lei de Licitações, assemelha-se àquela contida na legislação pretérita (Lei nº 8.666/1993), pois, tal como previsto no art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, o art. 71, § 3º, da nova Lei exige a manifestação prévia dos interessados para o desfazimento do processo de licitação (anulação ou revogação), com fundamento nos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Contudo, em relação à necessidade de se oportunizar o direito ao contraditório e ampla defesa, em virtude da revogação de atos do procedimento de inexigibilidade, extrata-se que não houvera aquisição de direitos subjetivos pelo contratado, nem tampouco há de se atribuir a responsabilidade pelo desfazimento do certame ao mesmo. Por essas razões, no presente caso, torna-se despiciendo assegurar o exercício do contraditório e ampla defesa.

Nesse prumo, insta mencionar precedente do TCU, a respeito do tema, senão vejamos:

Somente é exigível a observância das disposições do art. 49, § 3º, da Lei 8.666/1993 quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído com a adjudicação do objeto, gera direitos subjetivos ao licitante vencedor ou em casos de revogação ou de anulação em que o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como o causador do desfazimento do certame. (TCU-Acórdão nº. 2.656/19-P).

Assim sendo, cogita-se a possibilidade de supressão do contraditório e da ampla defesa nos casos em que o desfazimento do processo de contratação ocorre antes da efetivação da contratação direta, como verificado na hipótese em testilha.

É a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, e com fulcro nas documentações comprobatórias idôneas juntadas aos autos, bem assim no art. 71 da Lei nº. 14.133/21 combinado com precedentes jurisprudenciais, **opina-se FAVORAVELMENTE** pela expedição do ato de revogação do **Processo administrativo de Inexigibilidade nº. 6/2025-00013-PMMR**, nos termos da fundamentação supra.



É o parecer, SMJ

Mãe do Rio-Pa, 11 de abril de 2025.

HALEX BRYAN SARGES DA SILVA

Procurador Jurídico Municipal – Decreto nº. 0013/2025.

Advogado OAB/PA Nº. 25.286.

